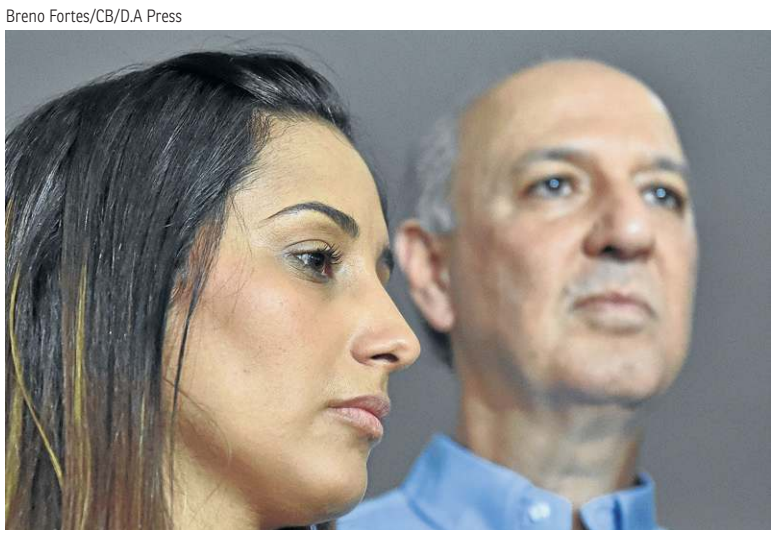
Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br
Colaborou PATRICK SELVATTI

Chega ao fim o casamento de Flávia e José Roberto Arruda

Breno Fortes/CB/D.A Press



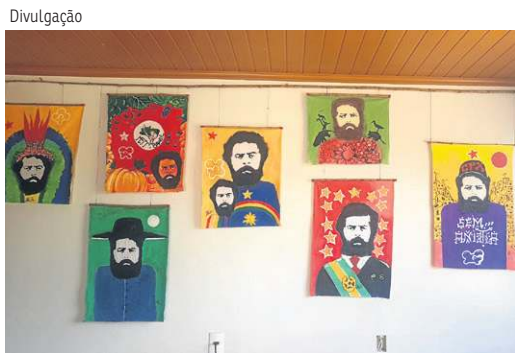
O casamento entre o ex-governador José Roberto Arruda e a ex-deputada Flávia Arruda chegou ao fim. Eles estão separados desde novembro, mas agora foi homologada a dissolução da união estável. Flávia continua na casa do Park Way em que o casal morava, que era dela antes do início do relacionamento. Arruda voltou para o seu apartamento na Asa Sul em que viveu antes de ser governador. A guarda das filhas, Maria Luisa, de 14 anos, e Maria Clara, 8, é compartilhada e as meninas estão sempre com os pais.

Na alegria e na tristeza

Foram quase 16 anos de casamento. O relacionamento teve início quando Arruda era governador do Distrito Federal e os dois viveram uma paixão. Ela com 26 anos. Ele, 53. Como primeira-dama, Flávia fazia trabalhos sociais e enfrentou a crise no governo provocada pela Operação Caixa de Pandora. Sempre esteve ao lado do marido e o apoiou nos momentos mais difíceis. Foi também uma parceira política. Em 2014, entrou na chapa como vice de Jofran Frejat quando ele substituiu a candidatura de Arruda, impedido de concorrer ao Palácio do Buriti pela Justiça. Em 2018, Flávia foi eleita a deputada federal mais votada da bancada do DF, com o apoio do eleitorado arrudista. Depois cresceu politicamente, conquistando espaço no Congresso e como ministra do governo Bolsonaro. No ano passado, ela concorreu ao Senado, em campanha ao lado de Arruda, que mais uma vez teve o registro da candidatura negado pela Justiça Eleitoral. Os dois ficaram sem mandato. Agora vão construir suas trajetórias separados. Mas nada impede que façam política juntos nas próximas eleições. Tudo vai depender do cenário.

Acampamento Vigília Lula livre se instala na Vila Planalto

Divulgação



Todos sabem que a viralata Resistência, cachorrinha adotada pelo presidente Lula e pela primeira-dama Janja, chegou a ficar mais de 500 dias com militantes na Vigília Lula Livre. Mas não foi somente a pet presidencial que veio morar em Brasília vinda diretamente do acampamento que foi feito ao lado da sede da Polícia Federal de Curitiba. O responsável por introduzir Resistência na vigília, Reginaldo Cabelo, e outros manifestantes petistas que estiveram por meses na capital paranaense vieram para a festa da posse e decidiram permanecer na capital. Oito manifestantes alugaram uma casa na Vila Planalto, ao lado do famoso restaurante Tia Zélia. São pessoas de diversas regiões brasileiras que se conheceram quando Lula estava preso. Vira e mexe outros membros de movimentos sociais se juntam ao grupo, que se tornou uma grande família vivendo no quintal do Palácio do Planalto.

Atividades culturais

O local se tornou uma espécie de centro comunitário, onde ocorrem atividades culturais. Ali, o artista Lelo Youth está produzindo uma exposição de pintura com um material inusitado: painéis feitos de fronhas. Em cada painel há a representação de Lula em um grupo social: tem o Lula indígena, o Lula Cangaceiro representando os nordestinos, o Lula camponês, o Lula Petroleiro e etc. São mais de 30 painéis com o rosto do presidente.

Ibaneis decide renovar mandato de Edison Garcia

O governador Ibaneis Rocha (MDB) decidiu manter o advogado Edison Garcia na presidência da CEB a partir de abril, quando vence o atual mandato. O nome de Garcia será encaminhado para a aprovação do Conselho de Administração da empresa. Esse é um reconhecimento pelo trabalho à frente da companhia. Entre os projetos direcionados para os próximos estão a modernização da iluminação pública, com a instalação de lâmpadas de LED em 100% do DF, e também a instalação de usinas fotovoltaicas na administração pública, reduzindo o valor pago pelo governo no consumo de energia elétrica.

Renato Alves/Agência Brasília



À QUEIMA-ROUPA

MARCELO AGUIAR,

membro da Executiva Regional do Cidadania/DF e ex-secretário de Educação

SECOMDF/Divulgação



"Ela (Paula Belmonte) se declarou independente do governo local neste momento, mas tem estabelecido pontes de diálogo sobre projetos, propostas e políticas públicas que considera importantes para a cidade"

Qual é a posição do Cidadania em relação ao governo Ibaneis?

O Cidadania-DF apoiou Ibaneis no segundo turno de 2018 e desde então tem uma relação política muito boa com o governador, que sempre consideramos um democrata. Em que pese nossas divergências durante o processo eleitoral, mantemos a cordialidade e civilidade numa convivência democrática.

Por que a zonal do Plano Piloto considerou positiva a decisão do ministro Alexandre de Moraes de revogar o afastamento de Ibaneis?

A decisão, tomada após manifestação da PGR, respeita o resultado da vontade do eleitorado do DF nas urnas e preserva o devido processo legal. Não foi encontrada nenhuma evidência de participação ou omissão do governador nos atos terroristas de janeiro e nada mais natural que sua volta ao mandato conferido pelo povo do DF.

O partido tem ou reivindica espaço no governo?

O Cidadania-DF participa do governo Ibaneis desde o seu primeiro mandato. Estivemos no primeiro escalão no início do governo com a presença do secretário de Cultura Adão Cândido e depois, com competentes companheiros do partido em diversos espaços, como na própria Cultura com o secretário-executivo Carlos Alberto, na secretaria da Mulher com a subsecretária Irina Storni, e na educação com o diretor regional do Paranoá Raniere Falcão.

Como o partido defende que seja a postura da deputada Paula Belmonte, que é presidente regional da legenda, no mandato na Câmara Legislativa?

A deputada Paula Belmonte é uma liderança política em ascensão. Fez um mandato federal reconhecido como um dos melhores do Congresso, e sempre teve liberdade para expressar suas ideias e convicções, assim como toda a bancada federal. Não será diferente na CLDF. Em que pesem divergências pontuais com o partido, que são normais na política, ela tem se pautado pelo diálogo e o respeito pelas decisões coletivas. Ela se declarou independente do governo local neste momento, mas tem estabelecido pontes de diálogo sobre projetos, propostas e políticas públicas que considera importantes para a cidade.

Quais são os planos do Cidadania com vistas às eleições de 2026?

2026 ainda está muito longe. O partido ainda não fez essa discussão, mas temos quadros políticos que podem participar do processo em qualquer dos espaços majoritários numa eleição, como a própria deputada Paula.

O ex-senador Cristovam Buarque não concorreu na última eleição. Acredita que ele voltará a disputar mandatos eletivos?

Cristovam tem repetido que quer escrever mais e estar mais perto da família, principalmente das netas. Mas um quadro político como o dele, com história de defesa da educação e do combate à pobreza, não tem como evitar que os amigos e companheiros de partido torçam para que ele possa ainda representar a população do DF.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

GDF / Pessoas físicas e jurídicas que venceram em última instância ações na Justiça contra o governo local têm até a próxima sexta-feira para apresentar as propostas de acordo direto. Nessa rodada, serão antecipados R$ 300 milhões

Precatórios: prazo está no final

» PABLO GIOVANNI

O Governo do Distrito Federal (GDF) decidiu antecipar o pagamento de R$ 300 milhões em precatórios, que são débitos gerados em processos judiciais, em que o DF perdeu e não há mais possibilidade de recorrer. O prazo para apresentar a proposta de acordo direto de precatório começou no mês passado e vai até sexta-feira (24). Além da antecipação dos R$ 300 milhões, o DF aprovou para 2023 um plano de quitação de débitos no total de R$ 545 milhões.

Nessa rodada de pagamentos, podem receber o dinheiro apenas os credores originários do precatório, ou seja, que não tenham comprado de outra pessoa. Quem comprou e quem vendeu, ainda que apenas uma parte, não pode participar. Isso porque a demora na análise de toda essa documentação acabaria por retardar muito o fluxo dos acordos. "A PGDF e o TJDFT estão fortemente empenhadas para que o pagamento aos credores dessa rodada aconteça ainda nesse primeiro semestre", ressalta a procuradora-geral Tatiana Tamer Lyro.

O acordo será celebrado com deságio de 40% sobre da quantia corrigida do precatório. Ou seja, o credor poderá receber 60% do valor atualizado, conforme descrito no edital do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Para essa rodada, estão habilitados a participar os precatórios que foram emitidos até 2 de abril do ano passado. "Estamos nos últimos dias do prazo para a apresentação das propostas. A última semana sempre é a mais concorrida e o ideal é não deixar para a última hora, pois pode ocorrer alguma sobrecarga no sistema", detalha Tatiana.

Ao **Correio**, a procuradora-geral ressaltou que a adesão do acordo é uma grande oportunidade para o credor receber o pagamento, sem ter que ficar um longo período na fila. "O que acontece é que, na maioria das vezes, o ente público reconhece a dívida mas não tem condição de pagá-la imediatamente, razão pela qual esses títulos são organizados por ordem cronológica e pagos em obediência rigorosa a essa fila".

"Todavia, ao aderir ao acordo proposto, o credor que opta por receber com o deságio proposto fica desobrigado a obedecer essa fila. Recebe o montante a que faz jus de forma antecipada, mediante o deságio, mas sem ter que aguardar a sua vez na ordem cronológica originária", completou.

Os precatórios objetos de acordo não podem ser vendidos total ou parcialmente para terceiros e nem oferecidos em processo de compensação tributária. Além disso, não podem possuir decisão administrativa ou judicial pendente, nem terem sido quitados em razão de preferência constitucional. Essa é a décima rodada executada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) desde 2018. No período, foram pagos mais de R$ 730 milhões, sendo que o acordo direto já viabilizou, por meio da aplicação de descontos, uma economia de R$ 285 milhões aos cofres públicos.

Ed Alves/CB/D.A Press



O governo aprovou, para o próximo ano, um plano para quitar R$ 545 milhões em dívidas

Como participar

O procedimento é totalmente on-line, por meio do site *acordoprecatorio.pg.df.gov.br*, onde deve ser preenchido (pelo credor, advogado ou procurador) um requerimento. Em seguida, o documento deve ser protocolado na plataforma *gov.br*, onde deve ser apresentada a documentação obrigatória. Mais informações pelo link *pg.df.gov.br/protocole*.

Cuidado com golpes

A PGDF e o TJDFT esclarecem que não solicitam depósitos de valores em dinheiro, tampouco telefonam ou mandam e-mail pedindo dados pessoais para "apressar" o processo. Para o advogado especialista em direito Pedro Henrique Custódio Rodrigues é essencial que o interessado esteja bem informado para que sejam evitados algum tipo de golpe. "O recebimento de cartas, mensagens ou ligações é uma conduta muito comum por parte de estelionatários. Nestes casos, a pessoa recebe contato com a promessa de que os valores seriam imediatamente liberados a partir de um pagamento prévio, geralmente de alguma taxa de cartório ou de custas judiciais que não existem", alerta.

"Vale destacar que o recebimento de precatórios só cabe ao próprio beneficiário, enquanto parte no processo, ou ao advogado devidamente constituído nos autos, caso tenha procuração com poderes específicos para receber valores e dar quitação", esclarece.